

Constituinte e Governo

Em virtude do agravamento da crise econômica que atinge o País, ao lado das crescentes dificuldades políticas, estão sendo aquecidos no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte os debates em torno do próximo sistema de Governo para o Brasil. Manutenção do presidencialismo ou implantação do parlamentarismo, eis a questão. Hoje mesmo, o primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Homero Santos, estará encaminhando à mesa da Constituinte um projeto de resolução dispendo sobre a deliberação prévia quanto ao sistema de Governo. Precisando de apenas 94 assinaturas para ser encaminhada, a proposta já contava até ontem com o apoio firmado de mais de 100 parlamentares, demonstrando claramente o interesse que a questão desperta na atualidade. O problema básico que fortalece a argumentação da proposta é o reconhecimento de todos

de que que a falta de uma definição prévia com relação ao sistema de Governo, presidencialismo ou parlamentarismo, dificulta e tumultua os trabalhos da Constituinte. Assim, sendo logo definido em plenário o sistema de Governo a ser adotado, estarão facilitados e melhor orientados os trabalhos das comissões e subcomissões. Ou seja, comissões e subcomissões já estarão estudando, analisando e elaborando suas propostas para serem levadas a plenário, sabendo antecipadamente o sistema de Governo. Quanto a isso, existe uma tendência já muito favorável à adoção do parlamentarismo, mas não se pode desconsiderar a mobilização dos defensores do presidencialismo. Na verdade, os constituintes devem decidir pensando, não apenas em uma solução política para a crise atual, mas sobretudo pensando numa solução que seja duradoura. Afinal, a Constituição não deve ser uma lei transitória.